

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 024/2020

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE, Autarquia do Município de Caxias do Sul – RS, com sede na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, torna pública a realização de licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo **MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE**, em conformidade com o que dispõem a Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações; Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 e alterações; Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações; Lei Municipal n.º 5.285, de 29 de novembro de 1999 e alterações; Decreto Municipal n.º 18.364, de 29 de agosto de 2016; Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, e outras legislações pertinentes à matéria, as regras e condições estabelecidas neste Edital e anexos que o integram.

O Edital poderá ser obtido no site www.samaecaxias.com.br ou na Gerência de Licitações, Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, Centro, 2º andar, Caxias do Sul – RS, no horário de expediente.

As despesas respectivas correrão por conta da dotação orçamentária, consignada no presente exercício financeiro, sob o código 03.07 – DRH – 17.544.0013.2.349 – 3.3.90.39.99.07.00.00, e, do próximo, a consignar.

Data da sessão: **08 de junho de 2020**

Horário: **14 horas**

Local: Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, térreo, Centro, em Caxias do Sul – RS.

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada em serviços subaquáticos (serviços de mergulho) de até 30 (trinta) metros de profundidade, na presença de condições perigosas e/ou especiais para a avaliação e manutenção da face afogada das barragens de propriedade do SAMAE: Faxinal, Marrecas, Maestra, São Miguel, São Pedro, São Paulo, Samuara, Galópolis I e Galópolis II, em Caxias do Sul – RS, conforme Termo de Referência – Anexo VIII.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

2.1.1. A comprovação do ramo de atividade será feita através do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial (Requerimento de Empresário), Certificado de Registro Cadastral (CRC) ou CNPJ, na fase de habilitação, conforme subitem 10.5 deste Edital.

2.2. Será concedido tratamento diferenciado para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, nos limites previstos na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Para exercer o direito de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a presença do representante credenciado da proponente em todas as sessões públicas referentes ao Pregão. A proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro e equipe, diretamente, por meio de seu representante legal ou através de procurador regularmente constituído, que, após identificado e credenciado, será o único representante admitido a intervir no procedimento licitatório, nos interesses da representada.

3.1.1. Decairão todos os direitos da proponente que devem ser exercidos pessoalmente, tais como apresentar lances, inclusive quanto ao benefício de empate ficto previsto na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, esclarecer dúvidas e omissões da proposta, manifestar intenção de recurso, entre outros, caso a proponente não enviar representante com credenciamento válido no momento da sessão pública e/ou dela se ausentar a qualquer momento.

3.1.2. Os documentos de credenciamento apresentados, em original ou cópia autenticada, não serão devolvidos e deverão ser apresentados no início da sessão pública de Pregão, fora dos envelopes de preços e da documentação de habilitação.

3.1.3. Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa e deverá estar munido de documento de identidade e CPF.

I. Os documentos de identidade, que não expressarem data de validade, devem ter, preferencialmente, sua data de emissão inferior a 10 anos, do ano em curso.

3.2. O credenciamento do Representante Legal da proponente será efetuado da seguinte forma:

3.2.1. Se representada diretamente por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar, em cópia autenticada:

- I. estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado;
- II. documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;
- III. inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;
- IV. documento que conste expressamente os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, bem como para praticar todos os demais

atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

V. registro comercial (requerimento de empresário).

3.2.2. Se representada por procurador, deverá apresentar:

- I. **termo de credenciamento** (conforme modelo do Anexo I) outorgado pelos representantes legais da empresa, comprovando a existência de poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame; a comprovação far-se-á por meio da apresentação de cópia autenticada do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial (se empresa individual), **ou**
- II. **instrumento público de procuração** (original ou cópia autenticada), que conceda ao representante poderes legais, em cópia autenticada ou original, **ou**
- III. **instrumento particular de procuração** (original ou cópia autenticada), com firma do outorgante reconhecida, nos termos do art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e dos representantes com poderes de outorga, qualificação completa do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lances em licitação pública.

3.2.2.1. Em todos os casos (I, II e III), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

3.2.2.2. Deverá ser observado o disposto no subitem 17.1.5, para comprovação da(s) assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is) da proponente.

3.2.2.3. Tanto na credencial, como no Instrumento de Procuração (Público ou Particular), deverão constar, expressamente, os poderes para formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao presente certame, inclusive interpor recursos e desistir de recursos em todas as fases do certame.

3.2.3. **Declaração de Habilitação e Idoneidade**, conforme modelo do Anexo II, deste Edital, sob pena de não aceitação da proposta pelo Pregoeiro. Deverá ser observado, para comprovação do responsável legal da proponente, o disposto nos subitens 3.2 e 17.1.5, deste Edital.

3.2.4. Comprovação, em atendimento ao subitem 2.2, devendo apresentar, **fora do envelope**, no momento do credenciamento, **somente** para a proponente que pretende utilizar os benefícios previstos nos artigos 42 a 45, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações:

- I. **certidão expedida pela Junta Comercial ou Certidão do Cartório de Títulos ou Documentos de Registros de Pessoas Jurídicas**, em se tratando de Microempresa – ME

ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, OU o **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI)**, em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, em cópia autenticada ou emitida via internet;

E

II. **declaração** de enquadramento, como:

- a) **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, conforme modelo do Anexo III, assinada pelo responsável legal da proponente e por contador ou técnico em contabilidade da empresa. A declaração deverá conter o número de inscrição do profissional no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, ou
- b) **Microempreendedor Individual**, conforme modelo do Anexo IV, assinada pelo responsável legal da proponente.

3.2.4.1. Ambos os documentos (certidão e declaração) deverão apresentar a mesma condição de enquadramento.

3.2.4.2. Deverá ser observado o disposto no subitem 17.1.5, para comprovação da(s) assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is) da proponente.

3.2.4.3. Não sendo possível a consulta da autenticidade dos documentos emitidos pela Internet, não será possível realizar o credenciamento da proponente interessada.

3.3. O Pregoeiro, em atendimento à Instrução Normativa n.º 1634/2016, da Secretaria da Receita Federal, efetuará consulta no endereço eletrônico www.receita.fazenda.gov.br, para fins de emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (CNPJ) da proponente e do QSA (Quadro de Sócios e Administradores).

3.4. O Pregoeiro, em atendimento à Instrução Normativa n.º 006/2017, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMA E, efetuará consulta de licitantes penalizadas, no Portal da Transparência (CEIS e CNEP) e no site da Prefeitura do Município de Caxias do Sul, observando-se a abrangência do impedimento da participação.

3.4.1. Também será feita consulta aos licitantes penalizados junto à CELIC – Central de Licitações do Estado do Rio Grande do Sul, observando-se a abrangência do impedimento da participação.

3.4.2. Constatado o impedimento em licitar, e sua respectiva abrangência, o credenciamento não será aceito.

3.5. Todos os documentos mencionados deverão ser apresentados juntamente com o credenciamento.

3.6. Serão aceitas certidões emitidas via internet e documentos com assinatura digital, desde que, em tais documentos, conste a verificação da autenticidade nos respectivos sites.

4. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

4.1. Para participação no certame, a proponente, além de atender às demais disposições deste instrumento, deverá apresentar sua Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e identificados, conforme segue:

PREGÃO PRESENCIAL N.º 024/2020
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SMAE
ENVELOPE N.º 01 – PROPOSTA DE PREÇOS
ABERTURA: **08/06/2020 – 14h**
NOME DA PROPONENTE

PREGÃO PRESENCIAL N.º 024/2020
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SMAE
ENVELOPE N.º 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
ABERTURA: **08/06/2020 – 14h**
NOME DA PROPONENTE

5. DO ENVIO DOS ENVELOPES VIA POSTAL OU POR TERCEIROS

5.1. Será admitido o encaminhamento dos envelopes antecipadamente, via postal ou por terceiros, mediante recebimento na Gerência de Licitações do SMAE, desde que entregues de segunda a sexta-feira, em dias úteis, até a data e o horário estabelecidos para a sessão pública de abertura dos envelopes de proposta e documentação.

5.1.1. Nessa hipótese, os dois envelopes (Proposta de Preços e Documentos de Habilitação), devidamente identificados nas condições referidas no item 4 e a documentação mencionada no subitem 5.2, deverão ser acondicionados em invólucro único, endereçado diretamente ao(à) Pregoeiro(a), com a seguinte identificação:

AO(À) PREGOEIRO(A)
(NOME DA PROPONENTE)
PREGÃO PRESENCIAL N.º 024/2020
SESSÃO DE ABERTURA EM **08/06/2020 – 14h**

5.1.2. A Gerência de Licitações do SMAE está localizada na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, 2º andar, Bairro Centro, CEP 95020-170, Caxias do Sul – RS.

5.1.3. Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como proposta, ficando o SAMA E isento de qualquer responsabilidade sobre seu não recebimento.

5.2. A **Declaração de Habilitação e de Idoneidade**, exigida no subitem 3.2.3, e **os documentos que comprovam a condição de Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI**, para a situação mencionada no subitem 2.2 e em conformidade com o subitem 3.2.4, deste Edital, deverão ser remetidos em envelope separado, identificado como os demais envelopes, acompanhados de cópia autenticada do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial (Requerimento de Empresário), conforme subitem 3.2.1, deste Edital, observando-se, ainda, o disposto no subitem 17.1.5.

5.3. A ausência de representante implica desistência da prática de futuros atos pertinentes ao processo, inclusive de recurso.

5.3.1. No caso de Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI, a ausência de representante na sessão implicará perda do direito de preferência, conforme o estabelecido na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

5.4. A não apresentação da documentação, conforme disposto nesse item, implicará na recusa do credenciamento.

6. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

6.1. Feito o credenciamento, conforme item 3, deste Edital, na presença das proponentes e demais presentes à Sessão Pública do Pregão, o Pregoeiro receberá os envelopes n.º 01 – PROPOSTA DE PREÇOS e n.º 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, iniciando pela abertura do Envelope n.º 01 e análise das propostas.

6.2. Após a abertura do primeiro envelope das propostas de preços, quando a sessão terá seu início, não será aceita a participação de nenhuma outra proponente, nem permitidos acréscimos, complementos, adendos ou qualquer alteração ao conteúdo dos envelopes, exceto dos preços, na fase de lances verbais.

7. DA PROPOSTA – ENVELOPE N.º 01

A Proposta de Preços deverá ser apresentada em envelope lacrado, não transparente e devidamente identificado, em 1 (uma) via, original ou cópia autenticada, conforme subitem 17.4, deste Edital, devendo ser preenchida por meio mecânico, datada e assinada pelo responsável legal pela proponente. Deverá apresentar, também, a razão social, o número do CNPJ-MF da proponente e o nome completo de seu signatário e deverá conter:

7.1. **A proposta de preços**, conforme Anexo V, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, datada e assinada pelo responsável legal pela proponente, observando-se, ainda, o disposto no subitem 17.1.5.

7.1.1. Poderá ser usado formulário próprio para preenchimento da proposta, desde que nele constem todas as informações que compõem o Anexo V – Proposta de Preços, sob pena de desclassificação.

7.2. **O valor global do lote**, ou seja, a soma da multiplicação da quantidade do item pelo seu respectivo preço unitário, conforme a unidade mencionada no Anexo V – Proposta de Preços, expresso em reais, com 2 (duas) casas decimais, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta até o efetivo pagamento.

7.2.1. Se existir discrepância entre o valor numérico e o valor por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso.

7.2.2. O preço proposto será considerado completo e suficiente para o fornecimento do objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação por parte da proponente vencedora.

7.3. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, não sendo permitido seu reajuste, exceto em decorrência de mudanças que venham a ocorrer na legislação, neles estando incluídos todos os custos com materiais, produtos, ferramentas, instrumentais, insumos, pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários; custos com deslocamento dos funcionários, taxas, impostos; e todos os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços.

7.4. A ausência de documentos ou de informações aqui solicitadas, bem como a falta de preenchimento dos dados que compõem os Anexos deste Edital, ensejam desclassificação da proposta.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. Os locais para execução dos serviços são:

- I. Barragem Faxinal, localizada próximo ao Bairro Ana Rech;
- II. Barragens Galópolis I e II, localizadas no Bairro Galópolis;
- III. Barragem Maestra, localizada no Bairro Santa Fé;
- IV. Barragem Samuara, localizada no Bairro Samuara;
- V. Barragens São Miguel, São Pedro e São Paulo (conhecido como Complexo Dal Bó), localizadas próximo aos Bairros Nossa Senhora de Fátima e Sagrada Família;
- VI. Barragem Marrecas, localizada no Distrito de Vila Seca.

8.1.1. Todas as barragens estão localizadas no município de Caxias do Sul – RS.

8.2. Os serviços solicitados pelo SAMA E deverão ter seu início no prazo máximo de 10 (dez) horas para atendimentos considerados emergenciais e de até 4 (quatro) dias para os demais serviços.

8.3. Os serviços a serem executados deverão obedecer ao Termo de Referência – Anexo VIII e integralmente às Normas da Autoridade Marítima para Atividades Subaquáticas, NORMAM – 15/2016, 2ª Revisão, publicada pela DPC – Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil, e, em caso de comprovadas desconformidades, fica a proponente vencedora responsável pela sua readequação.

8.3.1. O SAMA E reserva-se o direito de recusar os serviços, peças e materiais que não estiverem de acordo com o especificado, sendo que as despesas decorrentes correrão às expensas da proponente vencedora, sendo reiniciada a contagem do prazo para pagamento quando da execução definitiva.

8.3.2. Os serviços a serem executados compreendem:

- I. calafetagem de comportas;
- II. ajustes, correções de alinhamento, fixação e outros serviços de manutenção em comportas;
- III. substituição de cabos, parafusos, boias e caixas grade;
- IV. instalação e remoção de guias, hastes, comportas, mancais e grades;
- V. tamponamentos e destamponamentos;
- VI. oxicorte em tubulações e estruturas metálicas submersas;
- VII. limpeza de telas de contenção;
- VIII. dragagens pontuais;
- IX. vedações diversas (comportas, *stop-logs*, etc)
- X. concretagens diversas de estruturas submersas;
- XI. demolição de estruturas de concreto e cortes de ferragens submersas;
- XII. projetos e montagem de estruturas submersas de concreto e metálicas com aplicação de massa epoxídica ou outro produto similar
- XIII. inspeções diversas com elaboração do respectivo relatório de inspeção;
- XIV. filmagem e fotografia subaquática, e
- XV. outras atividades correlatas onde sejam necessários serviços submersos.

8.3.3. Os serviços de mergulho somente serão autorizados após liberação expressa da Fiscalização do SAMA E.

8.3.4. Para cada serviço haverá a solicitação formal por parte do SAMA E através de e-mail e/ou telefone via SMS, Whatsapp, etc., informando a natureza e a urgência do serviço. Trabalhos que necessitam de atendimento imediato o prazo de chegada da equipe ao local do trabalho não poderá ser superior a 10 (dez) horas após a solicitação; para tal, a proponente vencedora deverá disponibilizar uma conta de e-mail e, no mínimo, um número de celular para receber

ligações, mensagens de texto e/ou WhatsApp, exclusivo para a comunicação entre o SAMA E e a proponente vencedora. Para cada trabalho será emitida “Ordem de Serviço”, elaborada pelo fiscal do contrato, onde serão estabelecidos prazos para execução e demais condições dos serviços.

8.3.5. Quanto às equipes de trabalho deverão ser respeitadas as condições exigidas no Capítulo 4, subitem 0403 da NORMAM-15, 2ª revisão, 2016.

8.3.6. Somente serão aceitos Supervisores de Mergulho, que comprovarem através do Livro de Registro do Mergulhador – modelo DPC-2320, diploma e experiência profissional mínima de 5 (cinco) anos em atividades equivalentes ao objeto contratado.

8.3.7. Cada equipe de trabalho deverá possuir os recursos e/ou equipamentos mínimos especificados na NORMAM-15, 2ª revisão, 2016 para cada tipo de situação ali descrita.

8.3.8. Durante o desenvolvimento dos trabalhos, a proponente vencedora deverá manter em cada local de serviço a relação dos empregados que estão desenvolvendo as tarefas, contendo ao menos o nome, a data de admissão e a função desempenhada.

8.3.9. O inadequado funcionamento ou a inexistência de qualquer dos equipamentos e/ou ferramentas, conforme subitem 8.3.7, bem como a expiração dos prazos para aferição e revisão desses equipamentos e/ou ferramentas, ensejará a paralisação dos serviços ante a impossibilidade de a proponente vencedora executá-los a qualidade e segurança exigidas pelo SAMA E. O período durante o qual os serviços estiverem paralisados por este motivo não poderá ser justificado para eventual atraso e nem poderá exceder a 10 (dez) dias úteis.

8.3.10. Em eventual necessidade de mergulho mais profundo do que 30 metros, até o limite de 50 metros, será obrigatório o uso de câmara hiperbárica e de plataforma com guincho e sinete.

8.4. O pagamento da Nota Fiscal, conferida e liberada pelo fiscal do contrato, responsável pelo acompanhamento da sua execução, será efetuado no 10º (décimo) dia útil, contados da sua apresentação, de acordo com os quantitativos efetivamente realizados no período. Se, no décimo dia útil, não houver expediente na Autarquia, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

8.4.1. O intervalo de tempo, para serviços prestados, entre o dia 20 de determinado mês e o dia 19 do mês subsequente, é denominado período.

8.4.2. A nota fiscal, contendo, no mínimo, o número do contrato, o período de execução do serviço, deverá ser entregue na Divisão Financeira do SAMA E, até o último dia útil do mês da prestação dos serviços.

8.4.3. Para fins de pagamento, deverão ser informados, na Nota Fiscal, os dados bancários, contendo o nome e o número do banco, da agência e da conta corrente em nome da pessoa jurídica vencedora do certame. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

8.4.4. Sob pena de suspensão, o pagamento está condicionado à apresentação de cópia dos documentos abaixo relacionados, juntamente com a Nota Fiscal, com exceção da primeira medição:

- I. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal;
- II. Certidão de Situação Fiscal, expedida pela Receita Estadual do domicílio da proponente.
- III. Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio da proponente;
- IV. Certificado de regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, e
- V. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

8.4.5. Os documentos exigidos nos incisos I, II e III, do subitem anterior, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter a data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

8.4.6. A qualquer tempo o SAMA E poderá solicitar outros documentos, além dos mencionados no subitem 8.4.4.

8.4.7. Os serviços serão medidos e pagos considerando o valor unitário de turnos de 6 (seis) horas efetivamente realizados e aprovados pela Fiscalização. Os serviços realizados em menos de 6 (seis) horas serão pagos proporcionalmente ao valor estipulado para um turno.

8.4.8. Para fins de julgamento e empenho das despesas está sendo estimada a realização de 15 turnos de serviço em 12 meses de contratação sendo que a demanda mensal poderá variar de acordo com a necessidade do SAMA E. O quantitativo total poderá sofrer variação para mais ou para menos, dentro dos limites estabelecidos na legislação pertinente.

8.4.9. Para serviços de grande porte que exijam períodos maiores de trabalho, a proponente vencedora deverá apresentar um orçamento prévio detalhando os serviços a serem executados para avaliação e, se for o caso, aprovação da Fiscalização.

8.4.10. Não serão admitidas cobranças adicionais de valores previsíveis na composição do custo unitário de cada serviço.

8.5. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura dos envelopes.

8.6. É vedado o consórcio entre empresas. A execução dos serviços deverá ser realizada, exclusivamente, pela proponente vencedora, sendo vedados, também, a terceirização, a subcontratação, o subempreitamento ou a transferência total dos serviços que compõem o objeto desta licitação.

8.6.1. Admitir-se-á, tão somente, a subcontratação dos serviços eventuais que sejam necessários à profundidade maior do que 30 metros, até o limite de 50 metros. Para estes serviços será obrigatório o uso de Câmara Hiperbárica e Plataforma com guincho e sinete.

8.6.2. Perante o SAMAE, o responsável pelos serviços subcontratados sempre será a proponente vencedora.

8.7. A garantia dos serviços será conforme o estabelecido no Código de Defesa do Consumidor.

8.8. Não serão levadas em consideração quaisquer vantagens não previstas neste Edital.

8.9. A proponente vencedora deverá cumprir as exigências da Lei Nº 6514/77, regulamentada pela Portaria Nº 3214/78, em especial as Normas Regulamentadoras NR-5 CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, NR-6 EPI – Equipamentos de Proteção Individual, NR-7 PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, NR-9 PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, NR-10 – Instalações e Serviços com Eletricidade e NR-18 – Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção e Procedimentos Gerais de Segurança, conforme capítulo 5 da NORMAM 15/2ª Revisão, 2016, nos itens relativos às condições de mergulho para profundidades até 50 metros. Ainda NR- 33 – Segurança e Saúde no Trabalho em Espaços Confinados e as obrigatoriedades determinadas através da NR-15, Anexo nº 06 – Trabalho sob condições hiperbáricas, item 2 – Trabalhos submersos.

8.10. Em todas as operações de mergulho, a proponente vencedora deverá tomar as providências necessárias à segurança, de acordo com o Código Internacional de Sinais e por outros meios disponíveis e necessários.

8.11. Sempre que solicitado, a proponente vencedora deverá apresentar:

- I. Caderneta de inscrição e registro (CIR) do mergulhador – modelo DPC – 2301;
- II. Livro de Registro do Mergulhador – modelo DPC – 2320;
- III. Comprovante de seguro de vida dos empregados da categoria, para garantia de indenização nos casos de morte natural, morte acidental e invalidez permanente, total ou parcial, decorrente de acidente, nas condições previstas na Convenção Coletiva de Trabalho entre o Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Atividades Subaquáticas e afins (SINTASA) e o Sindicato das Empresas de Operações de Veículos de Controle Remoto, Atividades Subaquáticas e afins (SIEMASA).

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. Após a abertura dos envelopes contendo as propostas, verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, a proponente da oferta de menor valor total do lote e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela, participarão da fase de lances, verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

9.2. Não havendo, no mínimo, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem 9.1, serão chamadas as proponentes das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), para oferecer lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços constantes das propostas escritas.

9.3. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas para apresentar lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

9.4. No caso de duas ou mais propostas escritas apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem de oferta de lances. Em não havendo lances verbais, o Pregoeiro analisará a viabilidade de aceitação das propostas e, entendendo serem os preços cotados aceitáveis, procederá ao sorteio para a definição da proposta vencedora.

9.5 A oferta dos lances será feita na ordem decrescente dos preços, no momento em que for conferida a palavra à proponente.

9.6. É vedada a oferta de lance objetivando o empate.

9.7. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se, a proponente desistente, às penalidades constantes do artigo 7º, da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações e do item 13, deste Edital – Das Sanções Administrativas.

9.8. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, implicará exclusão da proponente da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado por ela, para efeito da classificação final das propostas.

9.9. Caso não ocorram lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço total do lote e o valor estimado para a aquisição, podendo, o Pregoeiro, negociar diretamente com a proponente, para que seja obtido preço melhor.

9.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as proponentes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.11. Às proponentes proclamadas no lote, conforme subitem 9.1, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais, sucessivos, de valores distintos e decrescentes em relação à proposta de menor preço.

9.12. Caso as propostas apresentadas por Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedores Individuais – MEI, sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta detentora do melhor lance ou valor negociado, será assegurada preferência de contratação, respeitando o seguinte:

- I. a Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor lance ou valor negociado, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
- II. não ocorrendo a contratação da Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI, na forma do subitem anterior, serão convocadas as proponentes remanescentes, que porventura, se enquadrem na hipótese desta condição, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito;
- III. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedores Individuais – MEI que se encontrem nos intervalos estabelecidos nesta condição, será realizado sorteio entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- IV. a Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após a solicitação do Pregoeiro, sob pena de preclusão;
- V. na hipótese da não contratação nos termos previstos nesta condição, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
- VI. o disposto nesta condição somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI.

9.13. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de menor valor do lote, comparando-o com os valores consignados em Planilha de Orçamento Estimado e/ou valor de mercado, decidindo, motivadamente, a respeito.

9.13.1. No julgamento das propostas, considerar-se-á o atendimento das exigências estipuladas neste Edital e seus Anexos e o **menor valor total do lote**, desde que compatível com os praticados no mercado. Caso os preços estejam em desconformidade com os valores de mercado, a proponente deverá readequá-los, sob pena de desclassificação da proposta.

9.13.2. Sendo aceita a proposta de menor preço do lote, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da proponente que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

9.14. As preferências de que trata o item 9.12, instituídas pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, não se aplicarão ao presente pregão se dele participarem apenas Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedores Individuais – MEI, indistintamente. Também não se aplicarão os termos da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, na fase de disputa de lances, se, a partir dela, participarem apenas MEs, EPPs e MEIs indistintamente.

9.15. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital e a legislação em vigor.

10. DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE N.º 02

A documentação deverá ser apresentada em envelope lacrado, não transparente e devidamente identificado, em 1 (uma) via, original ou cópia autenticada, conforme subitem 17.4, deste Edital. Os documentos devem ser apresentados sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas.

Todos os documentos apresentados deverão ser correspondentes à matriz **OU** à filial (razão social e CNPJ) da empresa que se habilita para este certame licitatório, exceto o disposto no subitem 10.1, “I”, deste Edital. Entretanto, serão aceitos, para efeito de habilitação, documentos emitidos em nome da matriz e válidos para todas as filiais, desde que tal condição esteja expressa.

10.1. Os documentos a serem apresentados, obrigatoriamente, são:

- I. **certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, em vigor. As certidões que não expressarem o prazo de validade deverão ter data de expedição não superior a 30 (trinta) dias da data de abertura deste pregão (entende-se como sede da pessoa jurídica a matriz do estabelecimento);
- II. prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei (artigo 29, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e artigo 27, da Lei Federal nº 8.036, de 11 de maio de 1990 e alterações), em vigor na data de abertura da licitação;
 - a) caso o documento apresentado esteja com validade vencida e a consulta de regularidade efetuada na internet retorne com a informação de “empresa regular perante o FGTS”, o documento será igualmente aceito.
- III. prova de regularidade com a Fazenda Federal, devendo ser apresentada a **Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciária**, administrados pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor na data da abertura da licitação;
- IV. **prova de regularidade com a Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede da empresa, em vigor na data da abertura da licitação;

- V. **prova de regularidade com a Fazenda Municipal (Mobiliário)**, do município expedidor da sede da empresa, em vigor na data de abertura da licitação (serão aceitas certidões (gerais) que englobem a totalidade dos tributos em um único documento);
- VI. **certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**, em vigor na data da abertura da licitação;
- VII. **declaração da Proponente**, em atendimento ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (Lei Federal n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999 e alterações), nos moldes do Anexo VI, deste Edital, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos. No caso de empregar menores, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, assinalar na declaração, e deverá ser observado o disposto no subitem 17.1.5.
- VIII. **atestado(s)**, original ou cópia autenticada, conforme art. 30, parágrafo 4º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, fornecido(s) por pessoa jurídica, de direito público ou privado, que comprove(m) ter a proponente executado Atividades Submersas com Sistemas de Mergulhos em Águas Interiores, com profundidade de até 30 (trinta) metros, conforme previsto na NORMAM 15 DPC/2016, 2ª Revisão. O(s) atestado(s) deverá(ão) dispor sobre a prestação satisfatória da execução e somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior:
- I. os atestados devem ser emitidos em papel timbrado, contendo a logomarca do emitente; ainda, deverão conter: nome e CNPJ da pessoa jurídica emitente, nome e CNPJ da pessoa jurídica beneficiada, dados específicos do objeto e nome e título da pessoa física responsável pela emissão do atestado, além de sua assinatura.
- 10.2. Os documentos fiscais e trabalhistas, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias.
- 10.3. Todos os documentos serão aceitos em original, cópia autenticada, conforme disposto no subitem 17.4, ou emitidos via internet, mediante confirmação, nos respectivos sites oficiais.
- 10.4. As licitantes portadoras do CRC (Certificado de Registro Cadastral), expedido pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMA E, Autarquia do Município de Caxias do Sul – RS, em vigor, poderão utilizá-lo, em substituição aos documentos referidos no subitem 10.1, incisos I a VII, desde que esses constem no CRC com validade vigente.
- 10.4.1. No caso de haver algum documento com o prazo de validade expirado, a proponente deverá apresentar, em substituição, o documento em vigor, em original, cópia autenticada ou emitida via Internet, mediante confirmação, no ato de abertura, nos sites oficiais.

10.4.2. O CRC é de uso facultativo; contudo, as proponentes que desejarem obtê-lo ou renová-lo, deverão providenciar o cadastramento até o 3º dia útil anterior à data do recebimento das propostas deste certame, conforme previsto na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

10.4.3. A relação dos documentos necessários para obtenção do CRC encontra-se disponível em <http://www.samaecaxias.com.br/Pagina/Index/8>.

10.4.4. Não será emitido o CRC (Certificado de Registro Cadastral) para a proponente que apresentar reprovação econômico-financeira.

10.5. Somente serão habilitadas as proponentes que apresentarem, além de toda a documentação exigida, o ramo pertinente ao objeto desta licitação no seu objeto social/ramo de atividade, comprovado através do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial (Requerimento de Empresário), CRC ou CNPJ.

10.6. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, excetuando-se o disposto no subitem 10.7, na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, no caso de Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI, o Pregoeiro considerará a proponente inabilitada.

10.7. Conforme o disposto no parágrafo 1º, do artigo 43 e parágrafo 2º, artigo 18-E, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, no caso de Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI será aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis, **contados do momento em que for declarada vencedora**, tendo sua habilitação condicionada à regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito.

10.7.1. O prazo citado poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério do SAMAE, desde que seja requerido pela licitante durante o transcurso do respectivo prazo.

10.7.2. O benefício não eximirá a proponente de apresentar, na sessão pública, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, ainda que possuam alguma restrição.

10.7.3. A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital.

11. DA ADJUDICAÇÃO

11.1. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro proclamará a vencedora, submetendo, às demais proponentes, a proposta e os documentos de habilitação da vencedora, proporcionando, a seguir, a oportunidade para que manifestem a intenção de

interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na preclusão desse direito.

11.2. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, inclusive o contido nos subitens 10.5 e 10.6, por parte da proponente que ofertou o menor preço total do lote, essa será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto desta licitação, na própria sessão pública, caso não haja interposição de recurso, encaminhando o processo para homologação da autoridade competente. Na existência de recurso e sendo estes decididos, o Diretor-Presidente fará a adjudicação.

I. No caso previsto no subitem 10.7, a adjudicação ficará condicionada à comprovação da regularização fiscal e trabalhista e, se for o caso, análise de eventual recurso interposto.

11.3. Em caso de desatendimento às exigências de habilitação, o Pregoeiro inabilitará a proponente e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das demais, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo essa declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar, tentando obter melhor preço.

11.4. A proponente a que for adjudicado o objeto do presente certame, ficará obrigada a apresentar, em até 03 (três) dias úteis, os valores unitários de sua proposta para os e-mails contadoria@samaecaxias.com.br e compras@samaecaxias.com.br.

11.4.1. Para fins de homologação e empenho, o preço do lote poderá sofrer, automaticamente, uma pequena variação para menos, resultante da necessidade de serem obtidos valores unitários com até duas casas decimais, sendo que serão desconsideradas todas as casas decimais posteriores à segunda.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. À proponente que manifestar, motivadamente, na sessão, intenção de recorrer, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, por escrito, contados do dia subsequente à realização do Pregão.

12.2. As demais proponentes, já intimadas na sessão, terão o prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após o término do prazo da recorrente, para apresentarem as contrarrazões.

12.3. A manifestação de interpor recurso na sessão pública, acompanhada da motivação, são pressupostos de admissibilidade do recurso.

12.3.1. A falta de manifestação imediata e motivada da proponente, na sessão, importará decadência do direito de recurso e a adjudicação do item da licitação ao vencedor.

12.4. As razões e as contrarrazões do recurso, por escrito, deverão ser protocolizadas ao Sr. Diretor-Presidente do SAMA E, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital, no horário das 9h às 16h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no prazo estipulado para apresentação, sob pena de não admissibilidade.

12.5. Os recursos administrativos de licitações serão disponibilizados no portal do SAMA E, após protocolo, assim como as contrarrazões das proponentes e decisões da Autarquia, permanecendo os autos do processo com vista franqueada aos interessados, no endereço constante no Edital da licitação.

12.6. Quando da intenção de recorrer, o licitante será informado, na própria sessão, com registro em Ata, sobre os procedimentos e datas, ficando, as demais proponentes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem suas contrarrazões, pelo mesmo sistema, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.7. Nos recursos, serão avaliados o cabimento e a adequação, sendo que o mérito será julgado somente se preenchidos os requisitos intrínsecos de admissibilidade, quais sejam, interesse recursal, legitimidade e o pedido juridicamente possível, bem como os requisitos extrínsecos: a regularidade formal (assinatura, juntada de procuração) e a tempestividade (tempo hábil para a interposição do recurso), entre outros.

12.8. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.9. Julgados os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o objeto será adjudicado e homologado, à proponente vencedora, pelo Sr. Diretor-Presidente do SAMA E.

12.10. Caso as proponentes interponham recursos administrativos por meio de correio eletrônico (e-mail), esses deverão ser transmitidos ao Pregoeiro dentro do prazo recursal e seus originais, protocolados, pela proponente, no prazo previsto, conforme subitem 12.4, sob pena de ser considerado deserto ou prejudicado.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

À proponente vencedora deste certame, que cometer qualquer conduta que infrinja as condições e os prazos estabelecidos no Edital, em Contrato ou na legislação atinente à execução do objeto, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções a seguir estabelecidas, em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, dentre outras:

13.1. ADVERTÊNCIA ESCRITA, em razão de reiteração de falhas que não caibam a aplicação de sanção mais grave em virtude de serem corrigidas no prazo estipulado pela fiscalização.

13.2. MULTA, quando descumpridos os prazos e as condições ajustados, conforme classificação de gravidade da inconformidade diagnosticada pela fiscalização designada, nos seguintes termos:

- I. pelo atraso injustificado no início, na execução e/ou na conclusão do objeto, ou parte deste, o SAMA E aplicará multa de 10% (dez por cento) ao mês, pró-rata dia, sobre o valor correspondente ao objeto não entregue/executado nos prazos previstos neste Edital. Sobre o valor da multa incidirão juros de 12% (doze por cento) ao ano, calculados pró-rata dia:
 - a) após o período de 90 (noventa) dias de atraso, será considerada rescindida a contratação, sendo aplicada a multa especificada no inciso anterior, independente das penalidades previstas no artigo 87, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, na Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações e no Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017.
- II. pelo inadimplemento total ou parcial do objeto, iniciado o transcurso do prazo de entrega ou não, à proponente vencedora serão aplicadas as penalidades descritas no inciso I, até a data da formalização, pelo SAMA E e/ou proponente vencedora, da desistência do fornecimento, tomando-se como período inicial, para cálculo da multa, a data da contratação; e, poderá, também, ser imputada à proponente vencedora a pena prevista no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses;
- III. pela entrega do objeto em desacordo com o solicitado, após o prazo estipulado pela fiscalização do SAMA E para adequação, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida e poderá ser cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou imputada à proponente vencedora a penalidade prevista no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses;
- IV. pela não regularização da documentação referente à regularidade fiscal e trabalhista, no prazo estipulado pela Fiscalização do Contrato, por parte da proponente vencedora, poderá ser aplicada advertência e/ou multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor total da proposta e, poderá, também, ser imputada à proponente vencedora a penalidade prevista no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses;
- V. pela não apresentação da documentação estipulada e/ou apresentação em desconformidade, conforme subitem 8.4.4, no prazo estipulado pela Fiscalização do Contrato, por parte da proponente vencedora, poderá ser aplicada advertência e/ou multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor total da proposta e, poderá, também, ser imputada à proponente vencedora a penalidade prevista no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses;
- VI. pelo descumprimento de qualquer outra obrigação convencionada no presente instrumento, inclusive recusa injustificada em assinar o contrato e/ou apresentação da documentação prevista no subitem 16.5, o SAMA E aplicará multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do objeto contratado, ou sobre o valor total da proposta, no caso de recusa em assinar o contrato (artigo 81, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e

alterações), devidamente atualizado à data da sanção, sem prejuízo da cobrança de eventuais perdas e danos, podendo, também, ser imputada a penalidade prevista no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses;

- VII. pela subcontratação de serviços, à exceção do disposto no subitem 8.6.1, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato e, no caso de reincidência, será cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou ser imputada a penalidade prevista no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses;
- VIII. pelo apontamento, por parte do Ministério do Trabalho, relativo ao descumprimento das normas relativas à segurança do trabalho, será aplicada multa na razão de 2% (dois por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, conforme a gravidade da infração cometida pela proponente, podendo, também, ser anulada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou ser imputada a penalidade prevista no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses.

13.3. Quando da reincidência em irregularidades notificadas pelo SAMA E, sem a pronta adequação, será aplicada a multa correspondente à infração cometida, conforme subitens anteriores, acrescida de 50% (cinquenta por cento) de seu valor, podendo, ainda, ser cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e, sem prejuízo da aplicação de demais penalidades cabíveis, ficará sujeita a proponente vencedora à aplicação do previsto no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses.

13.4. Nos termos do artigo 7º, da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, a proponente, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar pelo prazo de até 05 (cinco) anos impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciada do Cadastro de Fornecedores do SAMA E e do Município de Caxias do Sul, dentre outros, além do registro no CEIS – Cadastro de Pessoas Inidôneas e Suspensas e CNEP – Cadastro Nacional das Empresas Punidas, nos casos de:

- I. apresentação de documentação falsa para participação no certame;
- II. retardamento na execução do objeto;
- III. não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- IV. comportamento inidôneo;
- V. cometimento de fraude fiscal, ou
- VI. fraude ou falha na execução do Contrato.

13.5. Em quaisquer das situações apontadas anteriormente, poderá, também, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato.

13.6. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação de multa.

13.7. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções cabíveis.

13.8. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

13.9. Será assegurado à proponente vencedora o direito à ampla defesa e ao contraditório, previamente à aplicação das penalidades.

13.10. As multas e o seu pagamento não eximirão a proponente de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.

13.11. O valor correspondente a qualquer multa aplicada poderá ser descontado da garantia contratual apresentada, caso houver, ou dos créditos decorrentes do contrato, ou, ainda, ser cobrada pelos meios cabíveis.

13.12. Na aplicação das penalidades previstas, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da proponente ou contratada, garantindo o direito de defesa e o contraditório, podendo deixar de aplicá-las, se acolhidas as justificativas.

13.13. As penalidades aplicadas à proponente serão registradas no Cadastro de Fornecedores do SAMAE e, no caso de suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, encaminhadas para registro nos cadastros da Administração Direta e Indireta do Município de Caxias do Sul – RS, além do registro no CEIS – Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP – Cadastro Nacional das Empresas Punidas.

13.14. Após a concessão do contraditório e da ampla defesa, as penalidades terão efeitos jurídicos com a publicação na imprensa oficial do Município, exceto as penalidades de advertência e multa, que terão efeitos com a comunicação formal diretamente à proponente vencedora.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

14.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, as licitantes interessadas poderão solicitar, por escrito, esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

14.1.1. As solicitações de **esclarecimentos e providências** poderão ser realizadas por forma eletrônica, pelo e-mail pregoeiros@samaecaxias.com.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do preâmbulo deste Edital. Independentemente, se por meio eletrônico ou protocolizadas, as solicitações deverão ser encaminhadas até, no máximo, as 16h do dia do encerramento do prazo.

14.1.2. As solicitações de **impugnações** deverão ser realizadas por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do preâmbulo deste Edital.

14.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

14.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, se a situação ensejar alteração de data.

14.5. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro acompanharão os autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

14.6. Nas impugnações, serão avaliados o cabimento e a adequação, sendo que o mérito será julgado somente se preenchidos os requisitos intrínsecos de admissibilidade, quais sejam, interesse recursal, legitimidade e o pedido juridicamente possível, bem como os requisitos extrínsecos: a regularidade formal (assinatura, juntada de procuração) e a tempestividade (tempo hábil para a impugnação), entre outros.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

Em garantia ao cumprimento do contrato, e antes da assinatura, a proponente vencedora deverá caucionar, junto à Seção de Tesouraria do SAMAE, a importância equivalente a 5% (cinco por cento) de seu valor, podendo ser caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária (artigo 56, parágrafo 1º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações), que deverá estar em vigor durante todo o período contratual.

15.1. A garantia prestada pela proponente vencedora será liberada ou restituída, mediante solicitação protocolada e encaminhada à Seção de Contadoria do SAMAE, após a execução do contrato, com anuência expressa dos responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, indicando a inexistência de óbice à liberação.

15.2. A caução responderá automaticamente pelo inadimplemento das condições contratuais e por eventuais multas aplicadas, independentemente de outras cominações legais, quando for o caso.

15.3. A validade da garantia deverá abranger todo o prazo de vigência contratual. Para as modalidades títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a validade deverá abranger todo o prazo de vigência contratual, acrescida de 60 (sessenta) dias.

15.4. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- I. prejuízos advindos do não cumprimento das obrigações contratuais;
- II. prejuízos causados à autarquia decorrentes de culpa ou dolo, por parte do contratado, durante a execução contratual;
- III. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada;

- IV. obrigações trabalhistas e previdenciárias, de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada; e
- V. prejuízos derivados de atos culposos, omissos ou comissivos, causados pela Contratada, ou seus prepostos, durante a execução contratual.

15.4.1. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados neste subitem.

15.4.2. No caso de alteração ou prorrogação da vigência contratual, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

16. CONTRATO

Transcorrido o prazo recursal, nos termos do art. 109, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, a proponente vencedora será convocada pelo SAMA E, por escrito, para, num prazo de 10 (dez) dias corridos, assinar o instrumento contratual.

16.1. No caso de a proponente vencedora se recusar a assinar o contrato, será convocada a segunda classificada e intimadas as demais participantes da fase de lances para que, em sessão pública, seja examinada a última oferta válida e verificada a aceitabilidade da proposta, procedendo-se à habilitação, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

16.1.1. Nessa hipótese, o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

16.2. A assinatura do Contrato será realizada na Divisão Financeira do SAMA E, na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, 1º andar, Caxias do Sul – RS, com imediato encaminhamento à publicação.

16.3. A minuta do contrato é parte integrante do Pregão e o acompanha em cumprimento ao art. 40, parágrafo 2º, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, cujo objetivo é informar à proponente os termos em que será firmada a contratação.

16.4. A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do SAMA E, na pessoa dos servidores Gerson Antonio Panarotto e Rossano Belladonna, que serão responsáveis por comunicar as falhas porventura constatadas no cumprimento do contrato, assim como determinar as providências necessárias para a respectiva correção. A gestão do contrato competirá à servidora Janaina Ribeiro Velho, Diretora da Divisão de Recursos Hídricos do SAMA E.

16.4.1. A fiscalização de que trata o subitem anterior será exercida no interesse do SAMA E.

16.4.2. A fiscalização realizada pelo SAMA E não exclui, nem reduz, a responsabilidade da proponente vencedora pela execução dos serviços, inclusive perante terceiros, por quaisquer

irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

16.4.3. Qualquer fiscalização exercida pelo SAMA E, feita em seu exclusivo interesse, não implica corresponsabilidade pela execução do contrato e não exime a proponente vencedora de suas obrigações e pela perfeita execução do objeto.

16.4.4. A fiscalização do SAMA E, em especial, terá o dever de verificar a qualidade dos objetos a serem entregues e dos serviços realizados, observando a garantia mínima estipulada, podendo exigir a sua substituição quando não atender os termos do que foi proposto e contratado, sem que assista à proponente vencedora qualquer indenização pelos custos daí decorrentes.

16.4.5. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela proponente vencedora, sem qualquer ônus para o SAMA E.

16.4.6. Os trabalhos que vierem a ser impugnados pela fiscalização deverão ser refeitos, correndo todas as despesas por conta única e exclusiva da proponente vencedora.

16.5. Para a assinatura do contrato a proponente vencedora deverá apresentar:

- I. **Certificado de Segurança do Sistema de Mergulho (CSSM)** vigente, em nome da Proponente, emitido por sociedade classificadora, credenciada pela DPC (Diretoria de Portos e Costas), considerando a profundidade de 30 metros;
- II. **Ficha de cadastramento de Empresa de Mergulho (FCEM)** vigente, que atesta o cadastramento da Proponente junto à Autoridade Marítima (AM) expedido pela Diretoria de Portos e Costas – DPC.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial, autenticados digitalmente, assinados digitalmente ou emitidos via Internet.

17.1.1. Os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade, nos respectivos sites, por meio de consulta realizada na sessão.

17.1.2. Todos os documentos deverão ser apresentados, se possível, em folha tamanho A4.

17.1.3. Os documentos apresentados, em original ou cópia autenticada, não serão devolvidos.

17.1.4. Não será aceito protocolo ou requerimento de pedido de emissão de documentos.

17.1.5. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar os documentos (termo de credenciamento, procuração, declarações e outros), a falta de qualquer uma das assinaturas invalida o(s) documento(s) para a finalidade aqui proposta.

17.1.6. Não será permitida a realização de fotografias dos documentos apresentados, na sessão pública. A interessada em obter cópia dos documentos da licitação, deverá peticionar e protocolar, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital, no horário das 9h às 16h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

17.2. Uma vez iniciada a sessão, que se dá pela abertura do primeiro envelope das propostas de preço, não serão admitidas à licitação participantes retardatárias.

17.3. Caso, excepcionalmente, seja suspensa ou encerrada a sessão antes de cumpridas todas as fases preestabelecidas, os envelopes lacrados e, devidamente, rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes presentes, ficarão sob a guarda do Pregoeiro, sendo exibidos às licitantes na reabertura da sessão ou na nova sessão previamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.

17.4. A autenticação de documentos e/ou reconhecimento de firma, feitos pelo SAMAE, deverão ser solicitados até, no máximo, meia hora antes da abertura da licitação. Caso a proponente não autentique e/ou reconheça firma junto ao SAMAE, até o prazo mencionado, deverá fazê-lo por outro meio.

17.5. Não será concedido prazo para apresentação de documentos e propostas exigidos no edital e não apresentados na sessão de abertura, salvo o disposto no artigo 48, parágrafo 3.º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e no artigo 43, parágrafo 1.º, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

17.6. Não serão aceitos documentação, propostas, impugnações ou pedidos de esclarecimentos enviados por fac-símile e/ou apresentados em papel térmico do tipo usado em aparelhos de fac-símile.

17.6.1. Não serão aceitas impugnações enviadas por qualquer meio eletrônico de transmissão de dados.

17.7. Os envelopes contendo os documentos de habilitação das proponentes classificadas para a fase de lances e das proponentes sem representante presente na sessão permanecerão em poder do Pregoeiro durante o prazo de validade das propostas. Se não forem retirados em até 30 (trinta) dias após aquele prazo, serão inutilizados.

17.7.1. Os envelopes das proponentes que não atenderem às condições de participação ao certame e das proponentes sem representante presente na sessão permanecerão em poder

do Pregoeiro. Se não forem retirados em até 30 (trinta) dias após a data de abertura da sessão, serão inutilizados.

17.8. Todos os documentos serão colocados à disposição dos presentes para livre exame e rubrica.

17.9. Integram o presente Edital os seguintes anexos:

- Anexo I – Modelo de Termo de Credenciamento;
- Anexo II – Modelo de Declaração de Habilitação e de Idoneidade;
- Anexo III – Modelo de Declaração de Enquadramento para ME e EPP;
- Anexo IV – Modelo de Declaração de Enquadramento para MEI;
- Anexo V – Proposta de Preços;
- Anexo VI – Modelo de Declaração que Não Emprega Menores e Conformidade com o Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (Lei Federal n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999 e alterações);
- Anexo VII – Minuta de Contrato;
- Anexo VIII – Termo de Referência.

17.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.11. Da sessão pública do pregão, será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das proponentes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e da manifestação da intenção de interpor recurso, com a devida motivação. A ata será assinada pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes credenciados

17.12. Somente terão direito a usar a palavra, rubricar a documentação e as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar atas as proponentes ou seu representante credenciado, o Pregoeiro e a equipe de apoio.

17.13. Caso haja necessidade de suspensão da Sessão Pública, o Pregoeiro designará nova data para a continuidade dos trabalhos, ficando intimadas, no mesmo ato, as proponentes presentes.

17.14. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou de informação que deveria constar no ato da sessão pública, ressalvada a previsão do parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

17.15. A apresentação da proposta pela proponente implica aceitação deste edital, bem como das normas legais que regem a matéria e, se porventura, a proponente for declarada vencedora, o cumprimento de todas as disposições contidas nesta licitação.

17.16. Ao SAMA E fica assegurado o direito de revogar ou anular a presente licitação, em parte ou no todo, em decisão justificada. Em caso de revogação ou anulação parcial do certame, o SAMA E poderá aproveitar as propostas nos termos não atingidos pela revogação ou anulação e na estrita observância aos critérios de julgamento previstos neste edital, nas Leis Federais n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações e Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017.

17.17. A homologação desta licitação é de competência do Diretor-Presidente do SAMA E.

17.18. Servidores Municipais, assim considerados aqueles do artigo 84, “caput” e parágrafo 1.º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, estão impedidos de participar deste certame licitatório, (tanto como membros da diretoria da empresa ou como do quadro de funcionários), por determinação do artigo 9.º, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, tendo em vista a vedação expressa de contratar com o Município, contida no artigo 22, da Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul, bem como artigo 242, incisos XXI a XXIV, do Estatuto dos Servidores do Município de Caxias do Sul.

17.19. O trâmite do procedimento licitatório estará disponível no endereço eletrônico <http://www.samaecaxias.com.br/Edital>, juntamente com cópia digital, em formato PDF, dos documentos gerados no decorrer do certame, sendo de responsabilidade exclusiva da licitante a obtenção ou consulta desses documentos.

17.20. O processo licitatório encontra-se à disposição dos interessados na Gerência de Licitações, localizada na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615 – Centro, em Caxias do Sul/RS, no horário de expediente.

17.21. Informações por telefone, somente no horário de expediente, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, ou pela Internet, pelo site www.samaecaxias.com.br, em Licitações:

- I. requisitante do objeto deste Pregão: Gerson Antônio Panarotto; (54) 32208600 – Ramal 607, (54) 99982-7509; gpanarotto@samaecaxias.com.br;
- II. certificado de registro cadastral: (54) 32208602 ou 32208642;
- III. editais: (54) 32208687, 32208621, 32208631 e 32208630;
- IV. pregoeiros: pregoeiros@samaecaxias.com.br;
- V. gerência de licitações: compras@samaecaxias.com.br.

Caxias do Sul, 15 de maio de 2020.

Maria Raquel Brand de Sá,
Técnica em Contabilidade.

Lourenço Benetti Bonfá,
Diretor Financeiro.

Ângelo Alberto Barcarolo,
Diretor-Presidente do SAMA E.

PREGÃO PRESENCIAL N.º 024/2020

MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Prezado(s) Senhor(es):

Credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e CPF n.º _____, a participar da licitação promovida pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAEC, na modalidade Pregão Presencial, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para se pronunciar em nome da empresa _____, CNPJ n.º _____, bem como formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao presente certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do Responsável Legal da Proponente.

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original e observar o disposto no subitem 17.1.5)

PREGÃO PRESENCIAL N.º 024/2020

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E IDONEIDADE

_____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____,
_____, através de seu responsável legal, Sr.(a) _____,
_____, (cargo na empresa) _____,
_____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____
_____ e do CPF n.º _____, para
fins de direito, **DECLARA**, expressamente, sob as penas da lei, que:

- I. cumpre os requisitos de habilitação, inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, e que **não foi declarada inidônea** para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas, nos termos do inciso IV, artigo 87, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, bem como comunicará qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venham a alterar a atual situação da empresa, quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômico-financeira;
- II. possui conhecimento de todas as informações contidas no Edital;
- III. a proposta atende integralmente aos requisitos constantes do Edital, e
- IV. atende a todas as exigências de **habilitação** contidas no referido Edital.

Por ser a expressão da verdade, firma o presente.

_____, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do Responsável Legal da Proponente.

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original e observar o disposto no subitem 17.1.5)

PREGÃO PRESENCIAL N.º 024/2020

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA ME OU EPP

_____, CNPJ n.º _____, por meio de seu Responsável Legal, e Contador ou Técnico em Contabilidade, **DECLARA**, expressamente, sob as penas da lei, que:

- I. encontra-se enquadrada, em atendimento à Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, como:
() microempresa, OU
() empresa de pequeno porte;
- II. não está enquadrada em nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;
- III. o valor da receita bruta anual da sociedade, no último exercício, não excedeu ao limite fixado nos incisos I e II, do art. 3.º, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, e
- IV. tem conhecimento dos artigos 42 a 49, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, estando ciente da obrigatoriedade de declarar posteriores impeditivas de tal habilitação, em cumprimento ao § 2º, artigo 32, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do Responsável Legal da Proponente.

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original e observar o disposto no subitem 17.1.5)

Nome completo, número de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade e assinatura do contador ou técnico em contabilidade da empresa.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 024/2020

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA MEI

_____, CNPJ n.º _____,
_____, por meio de seu Responsável Legal, **DECLARA**, sob as
penas da lei, que:

- I. enquadra-se na situação de microempreendedor individual;
- II. o valor da receita bruta anual, no último exercício, não excedeu ao limite fixado no art. 18-A, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;
- III. não se enquadra em qualquer das hipóteses relacionadas no art. 18-A, § 4º, incisos I a IV, da mesma lei;
- IV. possui, no máximo, 1 (um) empregado e que este recebe exclusivamente 1 (um) salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional;
- V. exerce tão somente as atividades constantes do Anexo Único da Resolução CGSN n.º 78, de 13 de setembro de 2010.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ de 2020.

Nome completo e assinatura do Responsável Legal da Proponente

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original e observar o disposto no subitem 17.1.5)

PREGÃO PRESENCIAL N.º 024/2020

PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Nº ESTIMADO DE DIAS	VALOR UNITÁRIO (POR DIA)	PREÇO TOTAL
01	Cód. 8867 - Serviço subaquático/mergulho sem Câmara Hiperbárica	15		
02	Cód. 8867 - Serviço subaquático/mergulho Com Câmara Hiperbárica	5		
TOTAL GERAL (R\$):				
TOTAL GERAL POR EXTENSO:				

- I. Para fins de julgamento e empenho os quantitativos foram estimados para 12 (doze) meses de contratação sendo que a demanda mensal poderá variar de acordo com a necessidade do SAMA E. O quantitativo total poderá sofrer variação para mais ou para menos, dentro dos limites estabelecidos na legislação pertinente.

II. Identificação da Proponente:

Nome:

Endereço:

Cidade/Estado:

CEP:

CNPJ:

Fone:

Contato:

E-mail:

III. Identificação do Representante (se houver):

Nome:

Endereço:

Cidade/Estado:

CEP:

CNPJ:

Fone:

Contato:

E-mail:

IV. Identificação do Responsável da Proponente, pela solução de problemas que porventura venham a ocorrer:

Nome:

Endereço:

Cidade/Estado:

CEP:

CNPJ:

CPF (se pessoa física):

Fone:

Contato:

E-mail:

_____, _____ de _____ de 2020.

Nome completo e assinatura do Responsável Legal da Proponente

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original e observar o disposto no subitem 17.1.5)

PREGÃO PRESENCIAL N.º 024/2020

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENORES E CONFORMIDADE COM O ART. 7º,
INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

_____, inscrita no CNPJ n.º _____,
_____, através de seu responsável legal, Sr.(a).
_____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____
_____ e do CPF n.º _____, **DECLARA** que
não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem
menores de 16 (dezesesseis) anos, conforme disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição
Federal (Lei Federal n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999 e alterações).

Ressalva (marque a opção): emprega menores, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de
aprendiz:

() Sim

() Não

_____, _____ de _____ de 2020.

Nome completo e assinatura do Responsável Legal da Proponente

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original e observar o disposto no subitem 17.1.5)

PREGÃO PRESENCIAL N.º 024/2020

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMA E _____, PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SUBAQUÁTICOS, NAS BARRAGENS DO SAMA E, EM CAXIAS DO SUL – RS.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMA E, Autarquia do Município de Caxias do Sul – RS, com sede na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, neste ato representado por seu Diretor-Presidente, _____, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, adiante denominado simplesmente "SAMA E", inscrito no CNPJ sob o n.º 88.659.313/0001-05 e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede na _____, por seu representante legal, Sr(a). _____, CPF n.º _____, abaixo assinada, adiante denominada simplesmente "CONTRATADA", celebram o presente contrato, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Dos Elementos Constitutivos, Do Amparo Legal e Da Dotação Orçamentária

O presente contrato é celebrado à vista do contido no processo administrativo n.º _____, que trata do Pregão Presencial n.º 024/2020, Termo de Referência, proposta da CONTRATADA e Empenho n.º _____, de ____ de _____ de 2020, atendendo à Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações; à Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 e alterações; à Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações; à Lei Municipal n.º 5.285, de 29 de novembro de 1999 e alterações; ao Decreto Municipal n.º 18.364, de 29 de agosto de 2016; ao Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, e demais legislações pertinentes à matéria, as regras e condições estabelecidas no Edital e seus anexos que o integram, sendo que as despesas decorrentes correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no presente exercício financeiro, sob o(s) código(s) 03.07 – DRH – 17.544.0013.2.349 – 3.3.90.39.99.07.00.00, e, do próximo, a consignar.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Objeto do Contrato

Contratação de empresa especializada em serviços subaquáticos (serviços de mergulho) de até 30 (trinta) metros de profundidade, na presença de condições perigosas e/ou especiais para a avaliação e manutenção da face afogada das barragens de propriedade do SAMA E: Faxinal, Marrecas, Maestra, São Miguel, São Pedro, São Paulo, Samuara, Galópolis I e Galópolis II, em Caxias do Sul – RS, conforme Termo de Referência – Anexo VIII, do Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Preço

Parágrafo único – A execução dos serviços obedecerá fielmente ao Termo de Referência – Anexo VIII, do Edital, e, integralmente às Normas da Autoridade Marítima para Atividades Subaquáticas, NORMAM – 15/2016, 2ª Revisão, publicada pela DPC - Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil.

O SAMAE pagará à CONTRATADA o valor correspondente a R\$_____ (_____) pelo fornecimento do objeto descrito na cláusula anterior, conforme Termo de Referência, Anexo VIII, do Edital.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Nº ESTIMADO DE DIAS	VALOR UNITÁRIO (POR DIA)	PREÇO TOTAL
------	---------------	---------------------	--------------------------	-------------

.....

§ 1º O preço contratado será considerado completo e suficiente para o fornecimento do objeto deste Contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação por parte CONTRATADA.

§ 2º O preço contratado é cotado em moeda corrente nacional, não sendo permitido seu reajuste, exceto em decorrência de mudanças que venham a ocorrer na legislação, nele estando incluídos todos os custos com materiais, produtos, ferramentas, instrumentais, insumos, pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários; custos com deslocamento dos funcionários, taxas, impostos; e todos os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, de acordo com o Termo de Referência – Anexo VIII, do Edital.

§ 3º A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações, não transfere ao SAMAE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato, de acordo com o artigo 71, parágrafo 1º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

§ 4º Os quantitativos acima foram estimados para um ano de contratação, para fins de orçamento, julgamento e empenho. Por tratar-se de contrato por preço unitário, os quantitativos poderão variar para mais ou para menos considerando-se sempre os preços unitários propostos.

CLÁUSULA QUARTA – Dos Serviços

§ 1º Os locais para execução dos serviços são:

- I. Barragem Faxinal, localizada próximo ao Bairro Ana Rech;
- II. Barragens Galópolis I e II, localizadas no Bairro Galópolis;
- III. Barragem Maestra, localizada no Bairro Santa Fé;
- IV. Barragem Samuara, localizada no Bairro Samuara;

- V. Barragens São Miguel, São Pedro e São Paulo (conhecido como Complexo Dal Bó), localizadas próximo aos Bairros Nossa Senhora de Fátima e Sagrada Família;
- VI. Barragem Marrecas, localizada no Distrito de Vila Seca.

§ 2º Todas as barragens estão localizadas no município de Caxias do Sul - RS.

§ 3º Os serviços a serem executados pela CONTRATADA, compreendem:

- I. calafetagem de comportas;
- II. ajustes, correções de alinhamento, fixação e outros serviços de manutenção em comportas;
- III. substituição de cabos, parafusos, boias e caixas grade;
- IV. instalação e remoção de guias, hastes, comportas, mancais e grades;
- V. tamponamentos e destamponamentos;
- VI. oxicorte em tubulações e estruturas metálicas submersas;
- VII. limpeza de telas de contenção;
- VIII. dragagens pontuais;
- IX. vedações diversas (comportas, *stop-logs*, etc)
- X. concretagens diversas de estruturas submersas;
- XI. demolição de estruturas de concreto e cortes de ferragens submersas;
- XII. projetos e montagem de estruturas submersas de concreto e metálicas com aplicação de massa epoxídica ou outro produto similar
- XIII. inspeções diversas com elaboração do respectivo relatório de inspeção;
- XIV. filmagem e fotografia subaquática, e
- XV. outras atividades correlatas onde sejam necessários serviços submersos.

§ 4º Os serviços de mergulho somente serão autorizados após liberação expressa da Fiscalização do SAMA E.

§ 5º Para cada serviço haverá a solicitação formal por parte do SAMA E através de e-mail e/ou telefone via SMS, Whatsapp, etc., informando a natureza e a urgência do serviço. Trabalhos que necessitam atendimento imediato o prazo de chegada da equipe ao local do trabalho não poderá ser superior a 10 (dez) horas após a solicitação, para tal, a CONTRATADA deverá disponibilizar uma conta de e-mail e, no mínimo, um número de celular para receber ligações, mensagens de texto e/ou WhatsApp, exclusivo para a comunicação entre o SAMA E e a CONTRATADA. Para cada trabalho será emitida “Ordem de Serviço”, elaborada pelo fiscal do contrato, onde serão estabelecidos prazos para execução e demais condições dos serviços.

§ 6º Quanto às equipes de trabalho deverão ser respeitadas as condições exigidas no Capítulo 4, subitem 0403 da NORMAM-15, 2ª revisão, 2016.

§ 7º Somente serão aceitos Supervisores de Mergulho, que comprovarem através do Livro de Registro do Mergulhador – modelo DPC-2320, diploma e experiência profissional mínima de 5 (cinco) anos em atividades equivalentes ao objeto contratado.

§ 8º Cada equipe de trabalho deverá possuir os recursos e/ou equipamentos mínimos especificados na NORMAM-15, 2ª revisão, 2016 para cada tipo de situação ali descrita.

§ 9º Durante o desenvolvimento dos trabalhos, a proponente vencedora deverá manter em cada local de serviço a relação dos empregados que estão desenvolvendo as tarefas, contendo ao menos o nome, a data de admissão e a função desempenhada.

§ 10 O inadequado funcionamento ou a inexistência de qualquer dos equipamentos e/ou ferramentas, conforme § 8º, bem como a expiração dos prazos para aferição e revisão desses equipamentos e/ou ferramentas, ensejará a paralisação dos serviços ante a impossibilidade de a CONTRATADA executá-los com a qualidade e a segurança exigidas pelo SAMA E. O período durante o qual os serviços estiverem paralisados por este motivo, não poderá ser justificado para eventual atraso e nem poderá exceder a 10 (dez) dias úteis.

§ 11 Em eventual necessidade de mergulho mais profundo do que 30 metros, até o limite de 50 metros, será obrigatório o uso de câmara hiperbárica e de plataforma com guincho e sinete.

§ 12 Os serviços executados deverão obedecer, com fidelidade, ao Termo de Referência – Anexo VIII, e, em caso de comprovadas desconformidades, fica a CONTRATADA responsável pela sua readequação.

§ 13 O SAMA E reserva-se o direito de recusar os serviços, peças e materiais que não estiverem de acordo com o especificado, sendo que as despesas decorrentes correrão às expensas da CONTRATADA, sendo reiniciada a contagem do prazo para pagamento quando da execução definitiva.

§ 14 A CONTRATADA deverá, durante o período da contratação, proporcionar supervisão adequada, mão de obra e equipamentos qualificados e suficientes para a execução dos serviços até a sua conclusão, dentro do prazo contratual.

CLÁUSULA QUINTA – Da Equipe Técnica e Da Identificação dos Funcionários

A equipe técnica que desenvolverá os serviços será composta pelos seguintes funcionários: (relacionar nome e função).

.....

§ 1º A CONTRATADA deverá observar o § 10, do art. 30, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, quando houver qualquer alteração do quadro funcional designado para a execução dos serviços.

§ 2º A CONTRATADA somente poderá substituir os membros da equipe técnica, mediante prévia concordância do SAMA E, apresentando o acervo técnico do novo profissional a ser incluído na equipe técnica, que deverá ser igual ou superior ao anterior.

§ 3º Identificação do responsável da CONTRATADA pelos contatos e pela solução dos problemas que por ventura venham a ocorrer (nome, telefone, e-mail).

.....

§ 4º Em atendimento ao subitem 16.5 do Edital, a CONTRATADA apresentou a seguinte documentação.

.....

CLÁUSULA SEXTA – Da Subcontratação dos Serviços

§ 1º É vedado o consórcio entre empresas. A execução da obra/dos serviços deverá ser realizada, exclusivamente, pela CONTRATADA, sendo vedados, também, a terceirização, a subcontratação, o subempreitamento ou a transferência total dos serviços que compõem o objeto deste Contrato.

- I. Admitir-se-á, tão somente, a subcontratação dos serviços eventuais que sejam necessários à profundidade maior do que 30 metros, até o limite de 50 metros. Para estes serviços será obrigatório o uso de Câmara Hiperbárica e Plataforma com guincho e sinete.

§ 2º Perante o SAMA E, o responsável pelos serviços subcontratados sempre será a CONTRATADA.

§ 3º Todos os demais serviços descritos no Termo de Referência – Anexo VIII, do Edital, deverão ser realizados pela CONTRATADA.

§ 4º A subcontratação referida no parágrafo primeiro não afasta nem substitui a responsabilidade da CONTRATADA pelas obrigações assumidas.

§ 5º No caso de a CONTRATADA optar pela subcontratação de serviços, informar os dados da(s) empresa(s) subcontratada(s).

Nome da empresa subcontratada:

Endereço:

Telefone:

Nome do responsável:

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Prazo de Execução

Os serviços solicitados pelo SAMA E deverão ter seu início no prazo máximo de 10 (dez) horas para atendimentos considerados emergenciais e de até 4 (quatro) dias para os demais serviços.

CLÁUSULA OITAVA – Das Condições de Pagamento

O pagamento da Nota Fiscal, conferida e liberada pelo fiscal do contrato, responsável pelo acompanhamento da sua execução, será efetuado no 10º (décimo) dia útil, contados da sua apresentação, de acordo com os quantitativos efetivamente realizados no período. Se, no décimo dia útil, não houver expediente na Autarquia, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

§ 1º O intervalo de tempo, para serviços prestados, entre o dia 20 de determinado mês e o dia 19 do mês subsequente, é denominado período.

§ 2º A nota fiscal, contendo, no mínimo, o número do contrato, o período de execução do serviço, deverá ser entregue na Divisão Financeira do SAMA E, até o último dia útil do mês da prestação dos serviços.

§ 3º Para fins de pagamento, deverão ser informados, na Nota Fiscal, os dados bancários, contendo o nome e o número do banco, da agência e da conta corrente em nome da CONTRATADA. A conta corrente deverá estar em nome da CONTRATADA. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

§ 4º Sob pena de suspensão, o pagamento está condicionado à apresentação de cópia dos documentos abaixo relacionados, juntamente com a Nota Fiscal, com exceção da primeira medição:

- I. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal;
- II. Certidão de Situação Fiscal, expedida pela Receita Estadual do domicílio da CONTRATADA.
- III. Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio da CONTRATADA;
- IV. Certificado de regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, e
- V. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

§ 5º Os documentos exigidos nos incisos I, II e III, do parágrafo anterior, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter a data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

§ 6º A qualquer tempo o SAMA E poderá solicitar outros documentos, além dos mencionados no § 4º.

§ 7º Os serviços serão medidos e pagos considerando o valor unitário de turnos de 6 (seis) horas efetivamente realizados e aprovados pela Fiscalização. Os serviços realizados em menos de 6 (seis) horas serão pagos proporcionalmente ao valor estipulado para um turno.

§ 8º Para serviços de grande porte que exijam períodos maiores de trabalho, a CONTRATADA deverá apresentar um orçamento prévio detalhando os serviços a serem executados para avaliação e, se for o caso, aprovação da Fiscalização.

CLÁUSULA NONA – Das Obrigações do CONTRATANTE

§ 1º Receber, fiscalizar, orientar, impugnar, dirimir dúvidas emergentes da execução do objeto contratado.

§ 2º Receber o objeto contratado e lavrar Termo de Recebimento Provisório – TRP. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações do CONTRATANTE, rejeitá-lo, no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo – TRD.

§ 3º Efetuar o pagamento no prazo estabelecido na Cláusula Oitava do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das Obrigações da CONTRATADA

§ 1º Arcar com os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, assistência médica e social, materiais, embalagens, tarifas, fretes, seguros, alojamento, alimentação, descarga, transporte, equipamentos de proteção, tais como luvas, capas, botas, capacetes, máscaras e quaisquer outros necessários à segurança pessoal, e outros encargos pertinentes à manutenção de seus funcionários, responsabilidade civil e outros resultantes do contrato, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre os materiais, objeto deste contrato.

- I. Entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, materiais e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Contrato.

§ 2º A CONTRATADA será considerada responsável pelos danos por ela causados nos serviços executados por seus empregados ou subcontratados, aos serviços de utilidade pública e privados, e deverá fazer face ao custo de todos os reparos por tais danos. Caberá exclusivamente à CONTRATADA, indenizar por danos físicos ou pela morte acidental de qualquer pessoa, bem como pelos danos materiais às propriedades públicas e privadas a que der causa.

§ 3º Arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado.

§ 4º Cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

§ 5º Informar à fiscalização do contrato, durante sua vigência, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.

§ 6º Comunicar à fiscalização do contrato, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

§ 7º Chamar a fiscalização com antecedência razoável sempre que houver necessidade. Quando a CONTRATADA, ou seu representante, não estiver presente em determinado setor de trabalho onde sejam necessárias instruções, estas serão dadas pela FISCALIZAÇÃO e deverão ser recebidas e acatadas pelo capataz ou pela pessoa eventualmente encarregada do serviço em questão.

§ 8º Refazer os trabalhos que vierem a ser impugnados pela Fiscalização, no prazo estabelecido, correndo por sua exclusiva conta as despesas relativas a estes.

§ 9º Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

§ 10 Manter profissionais com habilitação e experiência para executar, adequadamente, os serviços que lhe forem atribuídos.

§ 11 Responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características dos serviços, bem como a observação às normas técnicas.

§ 12 Fornecer, incentivar e obrigar a utilização dos equipamentos de proteção individual e coletivos por todos os seus empregados nas frentes de trabalho. Deverá também ter técnico habilitado à disposição para supervisão dos serviços em local confinado, para trabalhos em altura e para outras atividades perigosas, conforme Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 13 Responsabilizar-se pela guarda, operação e manutenção de todos os veículos, equipamentos, ferramentas, aparelhos e instrumentos de sua propriedade, necessários à execução dos serviços.

§ 14 Solucionar qualquer problema verificado com as obras, durante o período de garantia, sem qualquer custo para o SAMAE.

§ 15 Informar ao SAMAE, por escrito, sob pena de não pagamento, quando for constatada a impossibilidade de executar os serviços determinados.

§ 16 Proporcionar supervisão adequada, durante o período do contrato, mão de obra e equipamentos qualificados e suficientes para a execução do serviço até a sua conclusão, dentro do prazo contratual.

§ 17 Fornecer equipamentos dos tipos, tamanhos e quantidades que venham a ser necessários para executar, adequada e satisfatoriamente, os serviços, tanto qualitativa como quantitativamente, sendo de sua responsabilidade a operação e manutenção de tais equipamentos.

§ 18 Cumprir as exigências da Lei Nº 6514/77, regulamentada pela Portaria Nº 3214/78, em especial as Normas Regulamentadoras NR-5 CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, NR-6 EPI – Equipamentos de Proteção Individual, NR-7 PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, NR-9 PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, NR-10 – Instalações e Serviços com Eletricidade e NR-18 – Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção e Procedimentos Gerais de Segurança, conforme capítulo 5 da NORMAM 15/2ª Revisão, 2016, nos itens relativos às condições de mergulho para profundidades até 50 metros. Ainda NR- 33 – Segurança e Saúde no Trabalho em Espaços Confinados e as obrigatoriedades determinadas através da NR-15, Anexo nº 06 – Trabalho sob condições hiperbáricas, item 2 – Trabalhos submersos.

§ 19 Em todas as operações de mergulho, tomar as providências necessárias à segurança, de acordo com o Código Internacional de Sinais e por outros meios disponíveis e necessários.

§ 20 Sempre que solicitado a CONTRATADA deverá apresentar:

- I. Caderneta de inscrição e registro (CIR) do mergulhador – modelo DPC – 2301;
- II. Livro de Registro do Mergulhador – modelo DPC – 2320;
- III. Comprovante de seguro de vida dos empregados da categoria, para garantia de indenização nos casos de morte natural, morte acidental e invalidez permanente, total ou parcial, decorrente de acidente, nas condições previstas na Convenção Coletiva de Trabalho entre o Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Atividades Subaquáticas e afins (SINTASA) e o Sindicato das Empresas de Operações de Veículos de Controle Remoto, Atividades Subaquáticas e afins (SIEMASA).

§ 21 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas por este instrumento, devendo, a CONTRATADA, relatar ao SAMA E toda e qualquer ocorrência nesse sentido.

§ 22 Manter, obrigatoriamente, o Seguro Contra Acidentes de Trabalhos, com ampla e total cobertura aos seus funcionários.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Fiscalização

§ 1º A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do SAMA E, na pessoa dos servidores Gerson Antonio Panarotto e Rossano Belladonna, que serão responsáveis por comunicar as falhas porventura constatadas no cumprimento do contrato, assim como determinar as providências necessárias para a respectiva correção. A gestão do contrato competirá à servidora Janaina Ribeiro Velho, Diretora da Divisão de Recursos Hídricos do SAMA E.

§ 2º A fiscalização de que trata esta cláusula será exercida no interesse do SAMA E.

§ 3º A fiscalização realizada pelo SAMA E não exclui, nem reduz, a responsabilidade da CONTRATADA pela execução dos serviços, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

§ 4º Qualquer fiscalização exercida pelo SAMA E, feita em seu exclusivo interesse, não implica corresponsabilidade pela execução do contrato e não exige a CONTRATADA de suas obrigações pela fiscalização e perfeita execução do objeto.

§ 5º A fiscalização do SAMA E, em especial, terá o dever de verificar a qualidade dos objetos a serem entregues e dos serviços realizados, observando a garantia mínima estipulada, podendo exigir a sua substituição quando não atender os termos do que foi proposto e contratado, sem que assista à CONTRATADA qualquer indenização pelos custos daí decorrentes.

§ 6º Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para o SAMA E.

§ 7º Os trabalhos que vierem a ser impugnados pela fiscalização deverão ser refeitos, correndo todas as despesas por conta única e exclusiva da CONTRATADA.

§ 8º Caberá, exclusivamente, à Fiscalização, julgar, rejeitar, aceitar, priorizar, retardar, interromper, definir, autorizar quaisquer serviços ou materiais que tenham envolvimento direto ou indireto na execução do objeto, tendo como balizador o estabelecido no Termo de Referência – Anexo VIII, do Edital.

§ 9º A CONTRATADA deverá submeter-se, unilateralmente, às exigências e instruções da Fiscalização e, por todos os meios, facilitar o amplo acesso da mesma aos serviços executados e materiais utilizados, atendendo-a prontamente no que lhe for solicitado

§ 10 São de competência e de responsabilidade exclusivas da Fiscalização:

- I. Fazer o necessário acompanhamento dos serviços, verificando se estão sendo executados de acordo com os projetos, especificações e cronogramas;
- II. Atender os chamados da CONTRATADA para esclarecimentos e para decidir os casos omissos nas especificações ou projetos;
- III. Acompanhar, analisar e liberar as medições e faturas dos serviços mensais, em conjunto com a CONTRATADA.

§ 11 A Fiscalização deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme disposto nos §§ 1º e 2º, do art. 67, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações rações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Sanções Administrativas

À CONTRATADA deste certame, que cometer qualquer conduta que infrinja as condições e os prazos estabelecidos no Edital, em Contrato ou na legislação atinente à execução do objeto, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções a seguir estabelecidas, em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, dentre outras:

§ 1º ADVERTÊNCIA ESCRITA, em razão de reiteração de falhas que não caibam a aplicação de sanção mais grave em virtude de serem corrigidas no prazo estipulado pela fiscalização.

§ 2º MULTA, quando descumpridos os prazos e as condições ajustados, conforme classificação de gravidade da inconformidade diagnosticada pela fiscalização designada, nos seguintes termos:

- I. pelo atraso injustificado no início, na execução e/ou na conclusão do objeto, ou parte deste, o SAMA E aplicará multa de 10% (dez por cento) ao mês, pró-rata dia, sobre o valor correspondente ao objeto não entregue/executado nos prazos previstos neste Edital. Sobre o valor da multa incidirão juros de 12% (doze por cento) ao ano, calculados pró-rata dia;
 - a) após o período de 90 (noventa) dias de atraso, será considerada rescindida a contratação, sendo aplicada a multa especificada no inciso anterior, independente das penalidades previstas no artigo 87, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, na Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações e no Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017.
- II. pelo inadimplemento total ou parcial do objeto, iniciado o transcurso do prazo de entrega ou não, à CONTRATADA serão aplicadas as penalidades descritas no inciso I, até a data da formalização, pelo SAMA E e/ou CONTRATADA, da desistência do fornecimento, tomando-se como período inicial, para cálculo da multa, a data da contratação; e, poderá, também, ser imputada à CONTRATADA a pena prevista no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses;
- III. pela entrega do objeto em desacordo com o solicitado, após o prazo estipulado pela fiscalização do SAMA E para adequação, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida e poderá ser cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou imputada à CONTRATADA a penalidade prevista no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses;
- IV. pela não regularização da documentação referente à regularidade fiscal e trabalhista, no prazo estipulado pela Fiscalização do Contrato, por parte da CONTRATADA, poderá ser aplicada advertência e/ou multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor total da proposta e, poderá, também, ser imputada à CONTRATADA a penalidade prevista no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses;

- V. pela não apresentação da documentação estipulada e/ou apresentação em desconformidade, conforme § 4, da Cláusula Oitava, no prazo estipulado pela Fiscalização do Contrato, por parte da CONTRATADA, poderá ser aplicada advertência e/ou multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor total da proposta e, poderá, também, ser imputada à CONTRATADA a penalidade prevista no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses;
- VI. pelo descumprimento de qualquer outra obrigação convencionada no presente instrumento, inclusive recusa injustificada em assinar o contrato e/ou apresentação da documentação prevista no subitem 16.5, do Edital, o SAMA E aplicará multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do objeto contratado, ou sobre o valor total da proposta, no caso de recusa em assinar o contrato (artigo 81, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações), devidamente atualizado à data da sanção, sem prejuízo da cobrança de eventuais perdas e danos, podendo, também, ser imputada a penalidade prevista no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses;
- VII. pela subcontratação de serviços, à exceção do disposto no Inciso I, § 1º, da Cláusula Sexta, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato e, no caso de reincidência, será cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou ser imputada a penalidade prevista no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses;
- VIII. pelo apontamento, por parte do Ministério do Trabalho, relativo ao descumprimento das normas relativas à segurança do trabalho, será aplicada multa na razão de 2% (dois por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, conforme a gravidade da infração cometida pela proponente, podendo, também, ser anulada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou ser imputada a penalidade prevista no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses.

§ 3º Quando da reincidência em irregularidades notificadas pelo SAMA E, sem a pronta adequação, será aplicada a multa correspondente à infração cometida, conforme subitens anteriores, acrescida de 50% (cinquenta por cento) de seu valor, podendo, ainda, ser cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e, sem prejuízo da aplicação de demais penalidades cabíveis, ficará sujeita a CONTRATADA à aplicação do previsto no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses.

§ 4º Nos termos do artigo 7º, da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, a CONTRATADA, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar pelo prazo de até 05 (cinco) anos impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciada do Cadastro de Fornecedores do SAMA E e do Município de Caxias do Sul, dentre outros, além do registro no CEIS – Cadastro de Pessoas Inidôneas e Suspensas e CNEP – Cadastro Nacional das Empresas Punidas, nos casos de:

- I. apresentação de documentação falsa para participação no certame;
- II. retardamento na execução do objeto;
- III. não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- IV. comportamento inidôneo;

- V. cometimento de fraude fiscal, ou
- VI. fraude ou falha na execução do Contrato.

§ 5º Em quaisquer das situações apontadas anteriormente, poderá, também, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato.

§ 6º A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação de multa.

§ 7º A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções cabíveis.

§ 8º As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

§ 9º Será assegurado à CONTRATADA o direito à ampla defesa e ao contraditório, previamente à aplicação das penalidades.

§ 10 As multas e o seu pagamento não eximirão a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.

§ 11 O valor correspondente a qualquer multa aplicada poderá ser descontado da garantia contratual apresentada, caso houver, ou dos créditos decorrentes do contrato, ou, ainda, ser cobrada pelos meios cabíveis.

§ 12 Na aplicação das penalidades previstas, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da CONTRATADA, garantindo o direito de defesa e o contraditório, podendo deixar de aplicá-las, se acolhidas as justificativas.

§ 13 As penalidades aplicadas à CONTRATADA serão registradas no Cadastro de Fornecedores do SAMAE e, no caso de suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, encaminhadas para registro nos cadastros da Administração Direta e Indireta do Município de Caxias do Sul – RS, além do registro no CEIS – Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP – Cadastro Nacional das Empresas Punidas.

§ 14 Após a concessão do contraditório e da ampla defesa, as penalidades terão efeitos jurídicos com a publicação na imprensa oficial do Município, exceto as penalidades de advertência e multa, que terão efeitos com a comunicação formal diretamente à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Da Garantia dos Serviços

Os serviços executados estarão sujeitos ao cumprimento do Código Civil, no que se refere a responsabilidade técnica e vícios ocultos.

Parágrafo único – A execução dos serviços deverá atender a padrões qualitativos aceitáveis, sendo que o SAMA E recusará os que não estiverem de acordo, e as despesas decorrentes serão todas por conta da CONTRATADA, sendo reiniciada a contagem do prazo para pagamento, quando do recebimento definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Garantia de Execução

§ 1º A CONTRATADA, neste ato, prestou garantia no valor de R\$ (.....), na modalidade de; correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, observadas as condições previstas no Edital.

§ 2º O regime jurídico da garantia é aquele previsto no instrumento convocatório.

§ 3º As exigências referentes à garantia de execução contratual encontram-se descritas no Edital.

§ 4º A validade da garantia deverá abranger todo o prazo de vigência contratual. Para as modalidades títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a validade deverá abranger todo o prazo de vigência contratual, acrescida de 60 (sessenta) dias.

§ 5º A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída, mediante solicitação protocolada e encaminhada à Seção de Contadoria do SAMA E, após a execução do contrato, com anuência expressa dos responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, indicando a inexistência de óbice à liberação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da Vigência do Contrato e Do Reajuste

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a partir da emissão da ordem de início e poderá ser renovado sempre que se demonstrar vantajoso à Administração, com a fundamentação do ordenador de despesas, por até 60 (sessenta) meses, conforme preconiza a Lei Federal Nº 8.666/93.

§ 2º Ocorrendo prorrogação do Contrato, para fins de reajuste, será aplicada a média percentual dos índices IGP-M, IGP-DI e INPC, mediante solicitação da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Da Rescisão do Contrato

Além dos motivos enumerados nos incisos e parágrafo único, do art. 78, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, o contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, independente de procedimento judicial, nos casos de:

- I. não desenvolver os compromissos assumidos neste instrumento;
- II. reiteração de impugnação, evidenciando a incapacidade da CONTRATADA no cumprimento satisfatório do contrato;
- III. quaisquer das situações previstas na Décima Terceira deste instrumento;

IV. quando ocorrerem razões de interesse público justificado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Dos Direitos do CONTRATANTE

A CONTRATADA, em caso de rescisão administrativa, reconhece todos os direitos do CONTRATANTE, consoante prevê o artigo 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Do Foro

As partes declaram ser o foro da Comarca de Caxias do Sul – RS, competente para dirimir dúvidas que, porventura, surjam na interpretação e execução deste contrato.

E, por estarem justos e contratados entre si, firmam o presente em (02) duas vias, de igual teor e forma, em presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Caxias do Sul,

Diretor-Presidente do SAMA E.

Contratada.

Testemunhas

1.

2.

PREGÃO PRESENCIAL N.º 024/2020

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SUBAQUÁTICOS

1 - OBJETO

Contratação de empresa especializada em serviços subaquáticos (serviços de mergulho) de até 30 metros de profundidade, na presença de condições perigosas e/ou especiais para a avaliação e manutenção da face afogada das barragens de propriedade do SAMA E: Faxinal, Marrecas, Maestra, São Miguel, São Pedro, São Paulo, Samuara, Galópolis I e Galópolis II.

2 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 A captação de água bruta do SAMA E se dá em Represas resultantes de barramentos de arroios sendo que há barragens de vários tipos e tamanhos as quais necessitam de serviços de inspeção e eventual manutenção, tanto preventiva como corretiva.
- 2.2 A contratação do serviço de mergulhadores na inspeção e manutenção das barragens é necessária uma vez que o SAMA E não dispõe em seus quadros de mergulhadores profissionais capazes de desenvolver as atividades subaquáticas.

3 - GENERALIDADES

- 3.1 A Barragem do Faxinal é de enrocamento com núcleo de argila, construída entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Na sua torre de captação estão instaladas três comportas retangulares de 1m x 1m sendo que uma está na posição aberta e as demais fechadas. As comportas a serem manobradas ou consertadas localizam-se à profundidade de 8m, 16m e 24m. Na tomada de água localizada à 8m de profundidade está instalada uma calha externa com quatro posições de entrada de água, sendo elas aos 2m, aos 4m, aos 6m e aos 8m, com a finalidade de possibilitar tomadas de água mais superficiais com a variação do nível do lago.
- 3.2 A Barragem da Maestra é de enrocamento com núcleo de argila, construída nos anos 1960. Na sua torre de captação estão instaladas três comportas com diâmetro de 1m, sendo que uma delas está na posição aberta e as demais fechadas. As tomadas localizam-se à profundidade de 4m, 9m e 15m.
- 3.3 A Barragem do Marrecas é do tipo mista sendo parte em CCR- Concreto Compactado à Rolo, e parte de enrocamento com núcleo de argila, construída entre os anos de 2010 e 2013. O trecho da Barragem em CCR possui altura máxima de 53m enquanto o trecho em enrocamento alcança 8m de profundidade. As tomadas de água são situadas diretamente no paramento de montante à profundidade de 3m, 6m, 10m e 15m, sendo que suas adufas possuem controle de abertura através de atuadores elétricos. Como a construção da Barragem é recente, na mesma já existe tubulação que permite a vazão ecológica, estando

locada próximo ao fundo da Represa, à aproximadamente 50m de profundidade.

- 3.4 As Barragens São Miguel, São Pedro e São Paulo (conhecido como Complexo Dal Bó) foram construídas em pedras de cantaria argamassada entre as décadas de 1920 e 1950. A torre de captação do Complexo Dal Bó está locada na Barragem São Miguel. A referida torre possui profundidade de 9,5m enquanto a porção mais profunda nesta Represa atinge os 12m. As Barragens São Pedro e São Paulo tem profundidades máximas no entorno de 8m.
- 3.5 Há duas Barragens situadas no Bairro Galópolis tendo a primeira (de jusante) uma profundidade de 8m e a segunda (de montante) uma profundidade de 4m. Ambas foram construídas em pedras de cantaria argamassada entre as décadas de 1960 e 1980.
- 3.6 A Barragem do Samuara possui uma profundidade de 6m sendo que seu maciço é de argila. A estrutura data da década de 1960.

4 – SERVIÇOS A REALIZAR

Os serviços a serem executados atenderão integralmente às Normas da Autoridade Marítima para Atividades Subaquáticas, NORMAM – 15/2016, 2ª Revisão, publicada pela DPC - Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil.

4.1 Os serviços a serem executados pela CONTRATADA, compreendem:

- Calafetagem de comportas;
- Ajustes, correções de alinhamento, fixação e outros serviços de manutenção em comportas;
- Substituição de cabos, parafusos, boias e caixas grade;
- Instalação e remoção de guias, hastes, comportas, mancais e grades;
- Tamponamentos e destamponamentos;
- Oxicorte em tubulações e estruturas metálicas submersas;
- Limpeza de telas de contenção;
- Dragagens pontuais;
- Vedações diversas (comportas, *stop-logs*, etc)
- Concretagens diversas de estruturas submersas;
- Demolição de estruturas de concreto e cortes de ferragens submersas;
- Projetos e montagem de estruturas submersas de concreto e metálicas com aplicação de massa epoxídica ou outro produto similar
- Inspeções diversas com elaboração do respectivo relatório de inspeção;
- Filmagem e fotografia subaquática;
- Outras atividades correlatas onde sejam necessários serviços submersos.

4.2 Os serviços serão executados junto aos seguintes locais do município de Caxias do Sul, RS:

- Barragem Faxinal, localizada próximo ao Bairro Ana Rech;
- Barragens Galópolis I e II, localizadas no Bairro Galópolis;
- Barragem Maestra, localizada no Bairro Santa Fé;
- Barragem Samuara, localizada no Bairro Samuara;
- Barragens São Miguel, São Pedro e São Paulo (conhecido como Complexo Dal Bó), localizadas próximo aos Bairros Nossa Senhora de Fátima e Sagrada Família;

- Barragem Marrecas, localizada no Distrito de Vila Seca.

5 – CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

- 5.1 Os serviços solicitados pelo SAMA E deverão ter seu início de atendimento no prazo máximo de 10 (dez) horas para atendimentos considerados emergenciais e de até 4 (quatro) dias para os demais serviços.
- 5.2 Os serviços de mergulho somente serão autorizados após liberação expressa da Fiscalização do SAMA E.
- 5.3 Para cada serviço haverá a solicitação formal por parte da CONTRATANTE através de e-mail e/ou telefone via SMS, Whatsapp, etc..., informando a natureza e urgência do serviço. Trabalhos que necessitam atendimento imediato o prazo de chegada da equipe ao local do trabalho não poderá ser superior a 10 horas após a solicitação, para tal, a CONTRATADA deverá disponibilizar uma conta de e-mail e, no mínimo, um número de celular para receber ligações, mensagens de texto e/ou WhatsApp, exclusivo para a comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA. Para cada trabalho será emitida “Ordem de Serviço”, elaborada pelo fiscal do contrato, onde serão estabelecidos prazos para execução e demais condições dos serviços.
- 5.4 Quanto à equipe de trabalho deverão ser respeitadas as condições exigidas no Capítulo 4, subitem 0403 da NORMAM-15, 2ª revisão, 2016.
- 5.5 Somente serão aceitos Supervisores de Mergulho que comprovarem através do Livro de Registro do Mergulhador – modelo DPC-2320, diploma e experiência profissional mínima de 5 (cinco) anos em atividades equivalentes ao objeto contratado.
- 5.6 Cada equipe de trabalho deverá possuir os recursos e/ou equipamentos mínimos especificados na NORMAM-15, 2ª revisão, 2016 para cada tipo de situação ali descrita.
- 5.7 Durante o desenvolvimento dos trabalhos, a CONTRATADA deverá manter em cada local de serviço a relação dos empregados que estão desenvolvendo as tarefas, contendo ao menos o nome, a data de admissão e a função dos mesmos.
- 5.8 O inadequado funcionamento ou a inexistência de qualquer dos equipamentos e/ou ferramentas acima descritos, bem como a expiração dos prazos para aferição e revisão dos mesmos, ensejará a paralisação dos serviços ante a impossibilidade da CONTRATADA executar os mesmos com a qualidade e segurança exigidas pela CONTRATANTE. O período durante o qual os serviços estiverem paralisados por este motivo, não poderá ser justificado para eventual atraso dos mesmos e nem poderá exceder a 10 (dez) dias úteis.
- 5.9 Em eventual necessidade de mergulho mais profundo do que 30 metros, até o limite de 50 metros, será obrigatório o uso de câmara hiperbárica e de plataforma com guincho e sinete.

6 - TIPO DE LICITAÇÃO

O julgamento das propostas será pelo MENOR PREÇO GLOBAL, tendo em vista que há necessidade de ser realizado por uma única empresa contratada, pela logística Administrativa e da vantajosidade, obtendo uma economia de escala, objetivando propiciar a ampla participação, uma vez que o mercado dispõe de empresas com capacidade para a execução da totalidade do objeto, e assim possa fazê-lo com relação aos itens na sua completude.

7 – REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

O regime de execução do contrato será de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

8 – LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Dentro do perímetro do município de Caxias do Sul.

9 - GESTOR DO CONTRATO

- 9.1 O SAMA E designa a servidora Janaina Ribeiro Velho, representando a Diretoria de Recursos Hídricos para, na função de Gestora do Contrato, acompanhar a execução do objeto contratado e prestar as informações cabíveis.
- 9.2 Após o recebimento da nota fiscal de serviços, o gestor do contrato atestará o documento e dará início aos trâmites de pagamento.

10 - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 10.1 - A FISCALIZAÇÃO dos serviços contratados será efetuada por técnicos da DRH – Divisão de Recursos Hídricos do SAMA E, que deverão dispor de amplo acesso às informações, obra e serviços que julgarem necessários, dentro do escopo do objeto.
- 10.2 - A CONTRATADA se obrigará a chamar a FISCALIZAÇÃO com antecedência razoável sempre que houver necessidade. Quando a CONTRATADA, ou seu representante, não estiver presente em determinado setor de trabalho onde sejam necessárias instruções, estas serão dadas pela FISCALIZAÇÃO e deverão ser recebidas e acatadas pelo capataz ou pela pessoa eventualmente encarregada do serviço em questão.
- 10.3 - São competência e responsabilidade da FISCALIZAÇÃO:
 - a) Fazer o necessário acompanhamento dos serviços, verificando se estão sendo executados de acordo com os projetos, especificações e cronogramas;
 - b) Atender os chamados da CONTRATADA para esclarecimentos e para decidir os casos omissos nas especificações ou projetos;
 - c) Acompanhar, analisar e liberar as medições e faturas dos serviços mensais, em conjunto com a CONTRATADA.
- 10.4 - A CONTRATANTE reserva-se o direito de exercer ampla fiscalização e inspeção na contratação do serviço, objeto da licitação, designando como fiscais os servidores Gerson Antonio Panarotto e Rossano Belladona.
- 10.5 - A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

11 - SUBCONTRATAÇÃO

CONTRATADA poderá subcontratar eventuais serviços que sejam necessários à profundidade maior do que 30 metros, até o limite de 50 metros. Para estes serviços será obrigatório o uso de Câmara Hiperbárica e Plataforma com guincho e sinete

11 – PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a partir da emissão da ordem de início e poderá ser renovado sempre que se demonstrar vantajoso à Administração, com a fundamentação do ordenador de despesas, por até 60 (sessenta) meses, conforme preconiza a Lei Federal Nº 8.666/93.

13 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Serão exigidos dos licitantes, para **habilitação** no processo licitatório, os documentos que apresentam a qualificação técnica conforme segue:

- a) Atestado de Aptidão Técnica, emitido em nome da Proponente fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando já ter executado Atividades Submersas com Sistemas de Mergulhos em Águas Interiores, com profundidade de até 30 (trinta) metros, conforme previsto na NORMAM 15 DPC/2016, 2ª Revisão;
- b) Certificado de Segurança do Sistema de Mergulho (CSSM) vigente, em nome da Proponente, emitido por sociedade classificadora, credenciada pela DPC (Diretoria de Portos e Costas), considerando a profundidade de 30 metros;
- c) Ficha de cadastramento de Empresa de Mergulho (FCEM) vigente, que atesta o cadastramento da Proponente junto a Autoridade Marítima (AM) expedido pela Diretoria de Portos e Costas – DPC.

14 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 14.1 Cumprir as exigências da Lei Nº 6514/77, regulamentada pela Portaria Nº 3214/78, em especial as Normas Regulamentadoras NR-5 CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, NR-6 EPI – Equipamentos de Proteção Individual, NR-7 PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, NR-9 PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, NR-10 – Instalações e Serviços com Eletricidade e NR-18 – Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção e Procedimentos Gerais de Segurança, conforme capítulo 5 da NORMAM 15/2ª Revisão, 2016, nos itens relativos às condições de mergulho para profundidades até 50 metros. Ainda NR- 33 – Segurança e Saúde no Trabalho em Espaços Confinados e as obrigatoriedades determinadas através da NR-15, Anexo nº 06 – Trabalho sob condições hiperbáricas, item 2 – Trabalhos submersos.
- 14.2 Em todas as operações de mergulho, tomar as providências necessárias à segurança, de acordo com o Código Internacional de Sinais e por outros meios disponíveis e necessários.
- 14.3 Sempre que solicitado a CONTRATADA deverá apresentar:
 - a) Caderneta de inscrição e registro (CIR) do mergulhador – modelo DPC – 2301;
 - b) Livro de Registro do Mergulhador – modelo DPC – 2320;
 - c) Comprovante de seguro de vida dos empregados da categoria, para garantia de indenização nos casos de morte natural, morte acidental e invalidez permanente,

total ou parcial, decorrente de acidente, nas condições previstas na Convenção Coletiva de Trabalho entre o Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Atividades Subaquáticas e afins (SINTASA) e o Sindicato das Empresas de Operações de Veículos de Controle Remoto, Atividades Subaquáticas e afins (SIEMASA).

- 14.4 A CONTRATADA será responsável pelo alojamento, alimentação, transporte, encargos sociais, trabalhistas, impostos, seguros, assistência médica e social, equipamentos de proteção, tais como luvas, capas, botas, capacetes, máscaras e quaisquer outros necessários à segurança pessoal, e outros encargos pertinentes à manutenção de seus funcionários.
- 14.5 A CONTRATADA obriga-se a fornecer, incentivar e obrigar a utilização dos equipamentos de proteção individual e coletivos por todos os seus empregados nas frentes de trabalho. Deverá também ter técnico habilitado à disposição para supervisão dos serviços em local confinado, para trabalhos em altura e para outras atividades perigosas, conforme Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.
- 14.6 A CONTRATADA será considerada responsável pelos danos por ela causados nos serviços executados por seus empregados ou subcontratados, aos serviços de utilidade pública e privados, e deverá fazer face ao custo de todos os reparos por tais danos. Caberá exclusivamente à CONTRATADA, indenizar por danos físicos ou pela morte acidental de qualquer pessoa, bem como pelos danos materiais às propriedades públicas e privadas a que der causa.
- 14.7 A CONTRATADA deverá chamar a FISCALIZAÇÃO com antecedência razoável sempre que houver necessidade. Qualquer alteração necessária no projeto deverá ser feita de comum acordo com a FISCALIZAÇÃO, e devidamente documentada.
- 14.8 Os trabalhos que vierem a ser impugnados pela FISCALIZAÇÃO serão refeitos, correndo as despesas por conta única e exclusiva da empresa CONTRATADA.
- 14.9 A CONTRATADA é responsável pela guarda, operação e manutenção de todos os veículos, equipamentos, ferramentas, aparelhos e instrumentos de sua propriedade, necessários à execução dos serviços.

15 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 15.1. Os serviços serão medidos e pagos considerando o valor unitário de turnos de 6 (seis) horas efetivamente realizados e aprovados pela Fiscalização. Os serviços realizados em menos de 6 (seis) horas serão pagos proporcionalmente ao valor estipulado para um turno.
- 15.2. Para fins de julgamento e empenho das despesas está sendo estimada a realização de 15 turnos de serviço em 12 meses de contratação sendo que a demanda mensal poderá variar de acordo com a necessidade do SAMAE. O quantitativo total poderá sofrer variação para mais ou para menos, dentro dos limites estabelecidos na legislação pertinente.
- 15.3. Para serviços de grande porte que exijam períodos maiores de trabalho, a CONTRATADA deverá apresentar um orçamento prévio detalhando os serviços a serem executados para avaliação e, se for o caso, aprovação da Fiscalização.
- 15.4. O custo unitário de cada serviço deve considerar todas as despesas necessárias para sua

execução, como materiais, equipamentos, ferramentas, instrumentais, insumos, transporte, despesas e encargos de pessoal, deslocamento dos funcionários, taxas, impostos e demais tributos.

- 15.5. Não serão admitidas cobranças adicionais de valores previsíveis na composição do custo unitário de cada serviço.
- 15.6 O pagamento será efetuado no 10º (décimo) dia útil, contados da sua apresentação, de acordo com os quantitativos efetivamente realizados no período. Se, no décimo dia útil, não houver expediente na Autarquia, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.
- 15.7. Junto à Nota Fiscal, deverão ser apresentados os documentos de comprovação da regularidade fiscal junto as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Seguridade Social – INSS, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Caxias do Sul, 13 de maio de 2020.

Janaina Ribeiro Velho
Diretora da Divisão de Recursos Hídricos
SAMA E

Engº Gerson A. Panarotto
Seção de Engenharia de Barragens
SAMA E